

81ª SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO

INFORMAÇÕES E INSTRUÇÕES

- 01 – Esta prova é composta de questões objetivas e uma redação.
- 02 – A prova terá duração de quatro horas – das 08h às 12h.
- 03 – Verifique o caderno de provas e confira se ele contém quarenta questões com quatro alternativas de “a” a “d”.
- 04 – Qualquer irregularidade (impressão ilegível, ausência de impressão, caderno incompleto, repetição de página ou de questões), solicite substituição do caderno ou da folha da prova.
- 05 – Não é permitida qualquer consulta.
- 06 – É vedada a comunicação entre candidatos. Caso ocorra, está o fiscal autorizado a exigir a devolução do caderno de prova, da folha de respostas e a retirada do candidato da sala, a quem a comissão desclassificará.
- 07 – Qualquer ocorrência digna de nota há de ser imediatamente e, em voz alta, transmitida ao fiscal do recinto da prova, com o pedido para consigná-la em ata, se for o caso.
- 08 – A folha de respostas é insubstituível, e consiste no único instrumento de aferição de nota.
- 09 – A folha de respostas deverá ser assinalada de forma que preencha o quadro de apenas 1 (uma) alternativa.
- 10 – Não assine a folha da prova discursiva, somente a folha de respostas objetivas.
- 11 – A folha de respostas contém um quadro numerado de 01 a 40.
- 12 – As respostas com rasuras ou duplamente marcadas anularão a questão.
- 13 – O caderno de prova poderá ser levado pelo candidato após duas horas do seu início.
- 14 – O gabarito da prova objetiva será divulgado no *site* (www.mp.go.gov.br) e *link* da Escola Superior.

81ª SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder as questões 01 a 06.

O Sexo do Diploma

As mulheres agora sairão da escola com o grau ou profissão correspondente ao sexo registrado no diploma: doutora, engenheira, mestra, bacharela...

(Adriana Natali. *Ver. Língua Portuguesa*. a. 7, n. 80, jun./2012, p. 30-33 – adaptado)



As mulheres são maioria no ensino superior brasileiro. Segundo o Censo da Educação Superior, do MEC, mais da metade (57%) dos quase 6,4 milhões de universitários do país é formada pelo público feminino. A força da mulher nessa área deve ganhar visibilidade com a lei, sancionada em 3 de abril, que determina o uso, em diplomas, da flexão de gênero para nomear profissão ou grau.

A presidenta Dilma Rousseff transformou na lei 12.605 o projeto 6.383, de 2009. Segundo a lei, as instituições de ensino públicas e privadas devem expedir diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido.

Mal nasceu, a lei causa alvoroço. Alguns especialistas consideraram a iniciativa um erro, por confundir o título com o tratamento à pessoa. Em parte porque usar o gênero masculino para denominar a profissão ou o grau obtido por mulheres é considerado uma tradição do idioma. A

discussão talvez se deva ao fato de o título acadêmico flutuar no discutível domínio do gênero neutro, representado em português pela forma masculina.

Na justificativa para o projeto de lei, entretanto, a prática revelaria antes a resistência de um preconceito. A iniciativa visaria, assim, a dar um passinho em direção à igualdade de gêneros. Outros já foram dados. O Palácio do Planalto e suas agências de notícias, por exemplo, adotaram o feminino "presidenta" nas referências a Dilma. Escritores e pesquisadores de vários lugares do mundo têm adotado a mesma prática como política de valorização feminina.

Autoestima

Para Antonio Carlos Xavier, professor de português e linguística da UFPE, a curto prazo a lei pode passar despercebida devido ao recente acesso que a brasileira tem ao ensino superior. A médio e longo prazos, no entanto, a lei pode representar um indicador de autoestima para as profissionais brasileiras.

-- A lei instaura um princípio da flexibilidade. Juntamente com a tolerância, a flexibilidade é ingrediente essencial à sobrevivência pacífica entre homens e mulheres de diferentes classes sociais, ideologias, etnias e religiões sobre um mesmo espaço. As grandes mudanças começam com pequenas atitudes. Estas passam pela língua sem a qual aquelas jamais aconteceriam - avalia Xavier.

Professora de português da Universidade de São Paulo, Zilda Aquino, concorda com a sanção da lei.

-- Numa sociedade machista como a nossa, usa-se só o nome masculino mesmo ao referir o feminino. É apagamento da mulher, sim. Neste século 21, as mulheres já conseguem dirigir empresas como a Petrobras e comandar o país. A lei promove e protege a mulher - afirma.

Histórico

Márcia Molina, doutora em linguística e semiótica pela USP, diz que discussões sobre o gênero de certas palavras remontam, no Brasil, ao final do século 19, início do 20, quando ainda não havia expressões para designar funções até então nunca exercidas por mulheres. O uso do feminino para "presidente" foi alvo de discussões já naquela ocasião, porque a regra geral de flexão nominal informa que os substantivos terminados em "o" fazem o feminino em "a". Em alguns casos, isso ocorre nos terminados em "e", como

81ª SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO

“elefante/elefanta”.

-- “Presidente” é palavra de formação latina, que oculta em sua origem uma designação verbal. “Presidente”, o que preside. “Residente”, o que reside. Mas essa origem se perdeu. Assim, o que temos na memória hoje são os substantivos terminados em “-e”. Como em “elefante”, nada obstará usarmos “residenta”, embora soe estranho para muitos - avalia a professora.

Como disse a presidente da ABL, Ana Maria Machado, “é uma perda de tempo e esforço. O país tem outras prioridades”.

Analistas como Ana Maria parecem acreditar que a lei se refere também a substantivos de gênero único, se houver algum na área acadêmica. Mas ninguém receberá diploma com título de “apóstola”, “carrasca”, “estudanta” e coisas assim, embora haja o feminino de “bacharel”, o esdrúxulo e pouco usado “bacharela”. Para tal perspectiva, se “presidenta” tem sustentação na tradição do idioma, presidentes “criativos” poderiam muito bem reivindicar o título de “presidento”.

Exagero

Manoel Mourivaldo, da USP, considera esse tipo de objeção apenas um exagero.

-- A lei vale para as palavras biformes, como “doutor(a)”, “mestre(a)”, “médico(a)”, “administrador(a)”, “psicólogo(a)”, que têm o mesmo radical ou base, com uma forma para o masculino e outra, com a flexão, para o feminino. Não vale, no entanto, para as palavras uniformes ou comuns de dois gêneros, como “dentista” e “motorista”. Nesses casos, a distinção do gênero fica por conta do artigo ou adjetivo: o/a dentista, bom/boa gerente - explica o professor.

Lílian Ghiuro Passarelli, do departamento de português da PUC-SP, reitera que a lei é restrita a diplomas.

-- Ninguém vai inventar palavra nova para seguir a lei. Muda apenas, na escrita dos diplomas, o registro da profissão, isso se a língua prevê a forma feminina. Outra obviedade, mas que vale a pena ser dita: quem manda na língua é o povo.

De todo modo, que mal há em que uma mulher receba o título oficial, registrado no diploma, de “doutora” em vez de “doutor”? Ou de “mestra” em vez de “mestre”?

1. Analise as afirmativas a seguir e assinale aquela que não está de acordo com o texto.

- (a) Segundo o texto, a presença da mulher no ensino superior é um fato recente;

- (b) O texto defende que mudanças fundamentais na sociedade começam com atitudes pequenas, que ocorrem ao passarem pela língua;
- (c) Segundo o texto, mesmo com mulheres exercendo cargos relevantes, como dirigir a Petrobras ou comandar o país, a lei é necessária para ampará-las;
- (d) As opiniões de Zilda Aquino vão ao encontro das de Ana Maria Machado.

2. Analise as afirmativas a seguir em verdadeiras ou falsas.

I - Em “usar o gênero masculino para denominar a profissão ou o grau obtido por mulheres é considerado uma tradição do idioma” temos um argumento contrário à lei.

II - Em “Outra obviedade, mas que vale a pena ser dita: quem manda na língua é o povo”, o autor reafirma a importância da língua, já expressa em “(...) passam pela língua sem a qual aquelas jamais aconteceriam.”

III - Segundo a lei 12.605, palavras como “presidente” devem sofrer flexão de gênero, uma vez que só agora o Brasil tem uma mulher na Presidência da República.

IV - Ao afirmar que “alguns especialistas consideraram a iniciativa [a lei] um erro, por confundir o título com o tratamento à pessoa”, o texto argumenta a favor da lei.

Estão corretas:

- (a) Apenas as afirmativas I e II;
- (b) Apenas as afirmativas II e III;
- (c) Apenas a afirmativa I;
- (d) Apenas as afirmativas III e IV.

3. Quanto ao uso da vírgula, elemento essencial à coesão e à coerência do texto, analise as afirmativas a seguir e assinale a incorreta.

- (a) No trecho “a discussão talvez se deva ao fato de o título acadêmico flutuar no discutível domínio do gênero neutro, representado em português pela forma masculina”, a vírgula tem a função de apresentar uma explicação ao leitor;
- (b) Em “a lei promove e protege a mulher – afirma”, o travessão poderia ser substituído por uma vírgula;
- (c) Em “Manoel Mourivaldo, da USP, considera

81ª SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO

esse tipo de objeção apenas um exagero”, se retirarmos a informação “da USP”, a oração ficará: “Manoel Mourivaldo, considera esse tipo de objeção apenas um exagero”;

(d) O período “Estas passam pela língua sem a qual aquelas jamais aconteceriam” poderia ser grafado “Estas passam pela língua, sem a qual aquelas jamais aconteceriam” não havendo incorreção, pois temos aí uma vírgula optativa.

4. Analise os períodos a seguir quanto aos aspectos gramaticais em verdadeiros ou falsos.

I - Em “As mulheres são maioria no ensino superior brasileiro. Segundo o Censo da Educação Superior, do MEC, mais da metade (57%) dos quase 6,4 milhões de universitários do país é formada pelo público feminino”, o adjetivo-particípio “formada” estabelece uma relação de concordância com o substantivo “maioria”.

II - Em “Mal nasceu, a lei causa alvoroço”, a palavra “mal” é usada como advérbio indicador de tempo decorrido.

III - O texto apresenta como exemplos de substantivos de gênero único as palavras “apóstola”, “carrasca” e “estudanta”.

IV - Em “Estas passam pela língua sem a qual aquelas jamais aconteceriam” “estas” refere-se a “grandes mudanças” e “aquelas” refere-se a “pequenas atitudes”.

V - No trecho “De todo modo, que mal há em que uma mulher receba o título oficial, registrado no diploma, de ‘doutora’ em vez de ‘doutor’?” a partícula “que” sublinhada tem função interrogativa.

Estão corretas:

- (a) Apenas as afirmativas I, III e IV;
- (b) Apenas as afirmativas I e II;
- (c) Apenas as afirmativas II e V;
- (d) Apenas as afirmativas II, III e IV;

5. Os períodos a seguir foram adaptados do texto. Assinale aquela em que o acento indicador de crase está incorreto.

- (a) A lei se refere também às palavras de gênero único;
- (b) Alguns especialistas consideraram a iniciativa um erro, por confundir o título com o tratamento à uma pessoa;

(c) Muda apenas, na escrita dos diplomas, o registro da profissão, isso se a língua referir-se à forma feminina;

(d) Como em “elefante”, nada obstará usarmos “residenta”, embora soe estranho à população.

6. Analise as afirmativas a seguir em verdadeiras ou falsas.

I - As palavras “gênero”, “acadêmico” e “semiótica” são todas proparoxítonas.

II - “A discussão talvez se deva ao fato de o título acadêmico flutuar no discutível domínio do gênero neutro...” poderia ser redigida como “A discussão talvez se deva ao fato do título acadêmico flutuar no discutível domínio do gênero neutro” sem transgredir a ortografia oficial.

III - No período “Em parte porque usar o gênero masculino para denominar a profissão ou o grau obtido por mulheres é considerado uma tradição do idioma”, a forma verbal “considerado” tem como sujeito o substantivo “masculino”.

IV - Em “As grandes mudanças começam com pequenas atitudes” há dois adjetivos.

V - O período “Analistas como Ana Maria parecem acreditar que a lei se refere também a substantivos de gênero único” indica uma dúvida do autor em relação à opinião dos analistas.

São verdadeiras:

- (a) Apenas as alternativas I, II e IV;
- (b) Apenas as alternativas I, III e V;
- (c) Apenas as alternativas II, III e V;
- (d) Apenas as alternativas I, IV e V.

LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

7. Sobre as Promotorias de Justiça, assinale a alternativa incorreta:

- (a) As Promotorias de Justiça serão organizadas por ato do Juiz de Direito da Comarca, mediante proposta aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça;
- (b) As Promotorias de Justiça poderão ser especializadas, criminais, cíveis, cumulativas ou gerais;
- (c) Nas Comarcas com mais de duas Promotorias de Justiça será escolhido Promotor de Justiça para

81ª SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO

exercer as funções de Coordenador;

(d) Cada Promotoria de Justiça deverá manter os livros, pastas e arquivos obrigatórios, bem como registro e controle permanente dos procedimentos e expedientes, findos ou em andamento.

8. São funções dos órgãos de execução do Ministério Público estadual, exceto:

(a) Promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

(b) Proteção, prevenção e reparação de danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos;

(c) Exercer a fiscalização de cadeias públicas, dos estabelecimentos prisionais e dos que abriguem idosos, crianças e adolescentes, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência;

(d) Propor ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos federais estaduais ou municipais, face à Constituição Estadual, inclusive por omissão e o respectivo pedido de medida cautelar.

9. Compete ao Procurador-Geral de Justiça, exceto:

(a) Representar para fins de intervenção do Estado no Município, objetivando assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual ou prover a execução de lei, ordem ou decisão judicial;

(b) Ajuizar ação penal de competência originária do Juízo de Primeiro Grau, nela oficiando;

(c) Oficiar nos processos de competência originária do Tribunal de Justiça, exceto nas ações rescisórias e revisões criminais;

(d) Propor, perante o Tribunal de Justiça, a ação civil de decretação de perda do cargo de membro do Ministério Público.

10. Assinale a alternativa incorreta:

(a) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

(b) Os Procuradores-Gerais nos Estados e no DF poderão ser destituídos por deliberação da maioria simples do Poder Legislativo, na forma da lei

complementar respectiva;

(c) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional;

(d) Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros as seguintes garantias: vitaliciedade, após dois anos de exercício; inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público; e irredutibilidade de subsídio.

11. Sobre o Conselho Nacional do Ministério Público, mencionado no art. 130-A da Constituição da República, assinale a alternativa correta:

(a) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de vinte e um membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução;

(b) O Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público é escolhido por seus membros em votação única e secreta;

(c) O Conselho Nacional do Ministério Público tem, dentre seus integrantes, dois juízes, um indicado pelo Supremo Tribunal Federal e o outro pelo Superior Tribunal de Justiça;

(d) O Conselho Nacional do Ministério Público tem, dentre seus integrantes quatro advogados, todos indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

12. Sobre o Programa de Estágio Jurídico no Ministério Público do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta:

(a) Os estagiários serão selecionados pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, por meio de processo seletivo, dentre estudantes matriculados a partir do quinto período ou terceiro ano em cursos superiores de graduação em Direito, cujas instituições de ensino oficiais ou reconhecidas mantenham convênio, que o preveja, com o MPOG;

(b) O Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos fixará, a título de bolsa, o valor da remuneração mensal dos estagiários;

(c) Dentre os requisitos necessários para a investidura na função de estagiário do Ministério Público inclui-se certidão atestando a inexistência de antecedentes criminais e cíveis e de condenação

81ª SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO

por débitos com o tesouro estadual;

(d) Compete aos estagiários, dentre outras funções elaborar pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais por recomendação de membro do Ministério Público.

DIREITO CONSTITUCIONAL

13. De acordo com a Constituição Federal de 1988 são fundamentos da República Federativa do Brasil as seguintes alternativas, exceto:

- (a) Soberania;
- (b) Cidadania;
- (c) Dignidade da pessoa humana;
- (d) Autodeterminação dos povos.

14. A respeito da associação profissional ou sindical assinale a alternativa incorreta, de acordo com a CF/88:

- (a) Não cabe ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;
- (b) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;
- (c) É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;
- (d) O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

15. Nos termos da CF/88 são consideradas brasileiros natos as seguintes pessoas, exceto:

- (a) Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- (b) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- (c) Os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;
- (d) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

16. De acordo com a CF/88 competem aos Municípios as seguintes atribuições, exceto:

- (a) Instituir e arrecadar os tributos de sua

competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

(b) Explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação;

(c) Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

(d) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

17. A CF/88 estabelece que compete privativamente à Câmara dos Deputados as seguintes atribuições, exceto:

- (a) Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;
- (b) Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;
- (c) Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;
- (d) Elaborar seu regimento interno.

18. De acordo com a CF/88 são consideradas cláusulas pétreas as seguintes alternativas, exceto:

- (a) A forma federativa de Estado;
- (b) A separação dos Poderes;
- (c) O voto direto, secreto, universal e obrigatório;
- (d) Os direitos e garantias individuais.

19. Nos termos da CF/88 podem propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade e a Ação Declaratória de Constitucionalidade os seguintes órgãos/pessoas, exceto:

- (a) A Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- (b) O Procurador-Geral da República;
- (c) Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;
- (d) O Advogado-Geral da União.

20. A CF/88 estabelece que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem

81ª SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO

pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos, exceto:

- (a) Polícia Ferroviária Federal;
- (b) Guarda Municipal;
- (c) Polícias Cíveis;
- (d) Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

21. Assinale a alternativa incorreta de acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei nº 4.657/42):

- (a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada;
- (b) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova;
- (c) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior;
- (d) Salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

22. De acordo com o Código Civil de 2002 são “incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer”, as seguintes pessoas, exceto:

- (a) Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;
- (b) Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;
- (c) Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;
- (d) Os pródigos.

23. De acordo com o Código Civil de 2002 são pessoas jurídicas de direito privado as seguintes entidades, exceto:

- (a) As organizações religiosas;
- (b) Os partidos políticos;
- (c) As autarquias, inclusive as associações públicas;
- (d) As empresas individuais de responsabilidade limitada.

24. Acerca dos negócios jurídicos assinale a alternativa incorreta, de acordo com o Código Civil de 2002:

- (a) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se extensivamente;
- (b) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento;
- (c) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa;
- (d) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

25. A respeito dos vícios redibitórios assinale a alternativa incorreta, de acordo com o Código Civil de 2002:

- (a) O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de sessenta dias se a coisa for móvel, e de dois anos se for imóvel, contado da entrega efetiva;
- (b) Em vez de rejeitar a coisa, redibindo o contrato, pode o adquirente reclamar abatimento no preço;
- (c) Se o alienante conhecia o vício ou defeito da coisa, restituirá o que recebeu com perdas e danos; se o não conhecia, tão-somente restituirá o valor recebido, mais as despesas do contrato;
- (d) A responsabilidade do alienante subsiste ainda que a coisa pereça em poder do alienatário, se perecer por vício oculto, já existente ao tempo da tradição.

26. A respeito da “ação” assinale a alternativa incorreta, de acordo com o Código de Processo Civil:

- (a) Para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade;
- (b) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência ou da inexistência de relação jurídica;
- (c) Qualquer pessoa capaz poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio;
- (d) Se, no curso do processo, se tornar litigiosa relação jurídica de cuja existência ou inexistência depender o julgamento da lide, qualquer das partes poderá requerer que o juiz a declare por sentença.

27. Acerca da competência territorial assinale a alternativa incorreta, de acordo com o Código de Processo Civil:

- (a) Tendo mais de um domicílio, o réu será demandado no foro de qualquer deles;

81ª SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO

- (b) Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele será demandado onde for encontrado ou no foro do domicílio do autor;
- (c) Quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta no foro do domicílio do autor. Se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro;
- (d) Havendo dois ou mais réus, com diferentes domicílios, serão demandados no foro do réu mais idoso.

28. Sobre as citações assinale a alternativa incorreta, de acordo com o Código de Processo Civil:

- (a) Citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender;
- (b) Far-se-á a citação pessoalmente ao réu, ao seu representante legal ou ao procurador legalmente autorizado;
- (c) A citação efetuar-se-á em qualquer lugar em que se encontre o réu;
- (d) Para a validade do processo é dispensável a citação inicial do réu.

29. O Código de Processo Civil prevê a suspensão do processo nas seguintes hipóteses, exceto:

- (a) Quando ocorrer confusão entre autor e réu;
- (b) Pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador;
- (c) Pela convenção das partes;
- (d) Quando for oposta exceção de incompetência do juízo, da câmara ou do tribunal, bem como de suspeição ou impedimento do juiz.

30. Nos termos do Código de Processo Civil, não dependem de prova os seguintes fatos, exceto:

- (a) Os notórios;
- (b) Os presenciados pelo juiz;
- (c) Os afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária;
- (d) Os admitidos, no processo, como incontroversos.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

31. Assinale a alternativa correta:

- (a) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado;

- (b) Aplica-se a lei do país de origem, sem prejuízo de tratados internacionais, ao crime cometido por estrangeiro no território nacional;
- (c) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal e Estado brasileiro, não se aplicando a regra quando o crime for praticado contra sociedade de economia mista;
- (d) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro os crimes de genocídio, quando o agente for estrangeiro, mesmo que não domiciliado permanentemente no Brasil.

32. Assinale a alternativa incorreta:

- (a) Leis penais permissivas são aquelas que autorizam a prática de determinados fatos, originalmente típicos;
- (b) Leis penais interpretativas são aquelas que esclarecem o conteúdo normativo de outras leis;
- (c) Leis penais incriminadoras são aquelas que descrevem os fatos puníveis e suas respectivas sanções;
- (d) Leis penais exculpantes são aquelas que flexibilizam a imputabilidade de certos fatos típicos e ilícitos, considerando-os parcialmente lícitos.

33. Assinale a alternativa correta:

- (a) O crime comissivo consiste naquele praticado através de uma ação, porém os crimes omissivos próprios (ou puros), que se perfazem pela simples abstenção, independentemente de um resultado posterior;
- (b) O crime privilegiado é aquele que possui circunstância que torna a pena mais grave do que a do tipo básico;
- (c) O crime habitual é aquele que depende da reiteração de atos necessários para que se configure um modo de vida do agente. Nesse caso, a consumação ocorrerá tanto com a prática de apenas um ato, como de vários atos caracterizadores de estilo de vida;
- (d) Crime plurissubsistente é aquele praticado por mais de uma pessoa.

34. Assinale a alternativa incorreta:

- (a) Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço;

81ª SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO

- (b) Se o homicídio é cometido mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe o juiz poderá acrescentar à pena-base fixada originalmente outros dois terços;
- (c) A sentença que conceder perdão judicial não será considerada para efeitos de reincidência;
- (d) No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.

35. Assinale a alternativa correta:

- (a) Por se tratar de matéria de ordem pública, o juiz deve declarar a prescrição em qualquer fase do processo, desde que provocado para tanto;
- (b) A prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei;
- (c) A prescrição da pretensão punitiva consiste em forma de extinção de punibilidade que ocorre antes de transitar em julgado a sentença condenatória;
- (d) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 60 (sessenta) anos.

36. Sobre o princípio da persuasão racional do juiz assinale a alternativa correta:

- (a) O juiz apenas decide com base em provas existentes no processo, avaliando-as segundo critérios críticos e racionais;
- (b) O juiz decide com base em provas existentes no processo, podendo, em situações excepcionais e devidamente justificadas, valer-se de outras não mencionadas nos autos;
- (c) O juiz decide, ordinariamente, com embasamento em situações empíricas mencionadas nos autos pelas partes;
- (d) O juiz é proibido de valer-se de provas que afetem a intimidade e a vida privada do réu, exceto quando por este autorizado.

37. Assinale a alternativa incorreta:

- (a) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão;
- (b) Se comparecer mais de uma pessoa com direito de queixa, terá preferência o irmão mais velho;
- (c) A denúncia ou queixa conterà a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos

- quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas;
- (d) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.

38. Sobre o Assistente de acusação, assinale a alternativa correta:

- (a) O assistente será admitido enquanto não passar em julgado a sentença e receberá a causa no estado em que se achar. No entanto o juiz deverá repetir as provas solicitadas pelo assistente, sob pena de cerceamento de defesa;
- (b) Do despacho que admitir, ou não, o assistente, caberá recurso de *habeas corpus*, devendo, entretanto, constar dos autos o pedido e a decisão;
- (c) Em todos os termos da ação pública, poderá intervir, como assistente do Ministério Público, o ofendido ou seu representante legal;
- (d) O Ministério Público será ouvido *a posteriori* sobre a admissão do assistente.

39. Assinale a alternativa incorreta:

- (a) A prisão em virtude de mandado entender-se-á feita desde que o executor, fazendo-se conhecer do réu, lhe apresente o mandado e o intime a acompanhá-lo;
- (b) A prisão especial, prevista neste Código ou em outras leis, consiste exclusivamente no recolhimento em local distinto da prisão comum;
- (c) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, desde que a requerimento do Ministério Público, do querelante, ou por representação da autoridade policial, não podendo, aquele, decretá-la de ofício;
- (d) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

40. Em referência a Recursos na área penal, assinale a alternativa incorreta:

- (a) Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro;
- (b) Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença que não receber a denúncia ou a queixa;
- (c) Não se admitirá, entretanto, recurso da parte que

81ª SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO

não tiver interesse na reforma ou modificação da decisão;

(d) Caberá apelação no prazo de 10 (dez) dias das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.

PROVA DISCURSIVA

TEMA:

Debates em Gênero

Tratar da questão de gênero, no meio acadêmico, envolve sempre uma questão metodológica prévia no que diz respeito à abrangência do próprio conceito. Entendemos esse debate como necessário, mas parte já de um pressuposto: gênero não envolve apenas e isoladamente a questão das mulheres, como também chega à questão dos homossexuais e dos

direitos homoafetivos, à objetificação do corpo, à desvalorização do trabalho da mulher, à discussão da heteronormatividade e dos papéis sexuais que nos são determinados, formas de repressão características de uma sociedade patriarcal.

De qualquer forma, pode surgir a pergunta: em um mundo onde as mulheres estão cada vez mais independentes e, aparentemente, os direitos das ditas minorias estão desde já garantidos para efetivação em um futuro muito próximo, cabe ainda tratar dessa questão? ...

<http://cantogeral.weebly.com/debates-em-gecincnero>.

Considerando o tema acima, elabore uma redação escolhendo **título** e corpo do texto de **no máximo 25 linhas**.